



JOSÉ RENATO NALINI

Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de São Paulo.
Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo.
Corregedor-Geral da Justiça no Biênio 2012/2013.
Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em
Direito (Mestrado) da UNINOVE.

COMENTÁRIOS AO NOVO CÓDIGO CIVIL

Livro Complementar

Das Disposições Finais e Transitórias

Dos Princípios Regedores do Novo Código Civil

Lei de Introdução

Volume XXII
(Arts. 2.028 a 2.046)

2ª edição
revista e atualizada

Coordenador
SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA



Rio de Janeiro

ÍNDICE SISTEMÁTICO

INTRODUÇÃO: PRINCÍPIOS INCIDENTES AO LIVRO COMPLEMENTAR DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

1. O princípio da irretroatividade das leis.....	1
2. O princípio da segurança jurídica	11

LIVRO COMPLEMENTAR DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 2.028	17
Art. 2.029	45
Art. 2.030	49
Art. 2.031	51
Art. 2.032	60
Art. 2.033	61
Art. 2.034	62
Art. 2.035	65
Art. 2.036	70
Art. 2.037	75
Art. 2.038	79
Art. 2.039	87
Art. 2.040	104
Art. 2.041	106
Art. 2.042	110
Art. 2.043	120
Art. 2.044	121

Art. 2.045	122
Art. 2.046	123

PRINCÍPIOS REGEDORES DO NOVO CÓDIGO CIVIL

1. Da onipotência do legislador ao <i>sapere aude</i>	127
2. Era necessário um novo Código?.....	130
3. O papel do juiz na aplicação do novo Código	132
4. A função interpretativa da jurisprudência	135
5. A hermenêutica positivista	139
6. A interpretação textual	139
7. A interpretação extratextual	140
8. Os princípios gerais de direito	145
9. A livre investigação científica	148
10. A Escola do Direito Livre	151
11. A publicização do direito privado	154
12. A constitucionalização do Direito Civil	157
13. Revalorização do Princípio	164
14. Conceituação de Princípio	167
15. Os princípios constitucionais	170
16. A plasticidade principiológica.....	176
17. Os princípios regedores do Código Civil de 2002	181
17.1. Eticidade	181
17.2. Socialidade	183
17.3. Operabilidade.....	186
18. Cláusulas gerais	188
19. Conceitos legais indeterminados.....	191
20. Conceitos determinados pela função	192
21. Protagonismo do intérprete	193

APÊNDICE

LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO

Decreto-lei nº 4.657, de 04.09.1942.....	199
Bibliografia	269